

COMENTÁRIO AO DEBATE | Negritude como força centrípeta: o pardo em disputa

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.232955>



Joaze Bernardino-Costa

Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
joazebernardino@gmail.com |
<https://orcid.org/0000-0002-9937-893X>

O artigo “Raça e cor no Brasil contemporâneo, oportunismo político e tendência histórica” coloca no centro da discussão sobre raça, racismo e antirracismo no Brasil o fenômeno da reclassificação racial no Brasil. Analisando os censos nacionais desde 1872, Guimarães (2024) observa três tendências: a *primeira*, entre o final do século XIX e os anos 1960, em que se percebe um crescimento da população autoclassificada como branca; a *segunda*, entre as décadas de 1960 e 1990, em que se constata um crescimento contínuo de pessoas classificadas como pardas; e a *terceira*, desde o censo de 1991 até o presente, em que se observam o crescimento paulatino da população autoclassificada como parda e preta e o declínio da população branca. Esta última reclassificação é o cerne do artigo.

Ao final do artigo, Guimarães (2024) sintetiza os processos de reclassificação da população do país detectados nos censos a partir da ideia de constelação das ideologias raciais brasileiras, algo que ainda não foi profundamente teorizado pelo autor, mas que eu gostaria de enfatizar neste comentário.

Guimarães (2024) identifica três constelações das ideologias raciais brasileiras: embranquecimento, mestiçagem e negritude, correspondentes a cada um dos períodos de reclassificação racial discutidos no artigo. Além disso, destaca que tais ideologias convivem entre si. O predomínio de uma não significa a eliminação de outra, senão uma hegemonização de uma ideologia racial frente às outras.

Michael Omi e Howard Winant (1994), citados pelo autor, nos auxiliam a pensar não somente a partir da ideia de *formação racial*, entendida como um “processo

sócio-histórico no qual as categorias raciais são criadas, vividas, transformadas e destruídas” (1994: p. 55), mas também a partir da ideia de *projetos raciais*, que se dão no interior das formações raciais. Os projetos raciais são resultantes da dinâmica de grupos racialmente distintos da sociedade civil e de suas capacidades de promover a própria visão de mundo como uma visão legítima e explicativa da realidade para os demais grupos societários. Nas palavras de Omi e Winant (1994: 56), *projetos raciais* podem ser definidos como uma “interpretação, representação e explicação da dinâmica racial e um esforço para reorganizar e redistribuir recursos ao longo das linhas raciais particulares”.

A ideia de *constelações das ideologias raciais* ou a de *projetos raciais* nos auxilia a entender o processo de reclassificação racial abordado como tema central por Guimarães (2024). Em cada um dos períodos históricos vimos algumas ideias mobilizadoras que atuaram e atuam como forças centrípetas, promovendo uma reclassificação da população brasileira. Ao nos determos na tendência constatada entre o censo de 1991 e o atual censo, o de 2022, vemos a negritude exercendo uma força centrípeta, atraindo não somente pardos escuros para se definirem como pretos como também o “branco” brasileiro, que padecia da patologia social, nas palavras de Guerreiro Ramos (1957), se definindo como pardo. Todo este processo resulta no crescimento da população negra brasileira.

A ideologia racial ou o projeto racial ou a força centrípeta que provoca esta modificação na reclassificação da população brasileira desde a década de 1990 é tributária das interpretações, representações e explicações da dinâmica racial promovida pelo movimento negro desde o final da década de 1970 e das interpretações sociológicas produzidas a partir daquele período, especialmente as contribuições de Carlos Hasenbalg (1979). Os ativistas e intelectuais negros de então falavam que negros eram o somatório de pretos e pardos, enquanto Hasenbalg contrapunha nos seus estudos de mobilidade social brancos e não brancos, sinalizando para a proximidade em termos de oportunidade de vida daqueles brasileiros autoclassificados como pretos e pardos (não brancos) e seu distanciamento daqueles autoclassificados como brancos. Estas ideias ganharam força sobretudo na década de 1990, quando órgãos oficiais do país passaram a utilizar a categoria negro – como somatório das categorias censitárias pretos e pardos –, bem como quando um conjunto de políticas públicas e as produções e as representações culturais deste novo milênio passaram a utilizar tal nomenclatura e a positivar a negritude.

Nesta nova configuração em que a negritude exerce uma força centrípeta entre brasileiros autoclassificados como pretos e pardos, não temos dúvida de quem são as pessoas pretas, porém, como atestam as querelas em torno das bancas de heteroidentificação, residem dúvidas e questionamentos sobre aqueles autoclassificados como pardos, o que motiva Guimarães a tecer rápidos comentários sobre fraudes nas cotas e afro-oportunismo.

Se Oliveira e Oliveira (1974) tematizou o mulato como um obstáculo epistemológico para o entendimento das relações raciais no Brasil, e Campos (2013) nomeou o pardo como um dilema político, podemos chamar a atenção para este fenômeno em que o pardo está em disputa.

De forma sintética e dialogando com as ideias de constelações de ideologias raciais, projetos raciais e forças centrípetas, o que observamos é a disputa entre a mestiçagem e a negritude. A primeira, produzindo leituras fantasiosas sobre a realidade brasileira (obstáculo epistemológico) e desmobilizando a luta política negra (dilema político), identifica o pardo no âmbito da mestiçagem. Enquanto a outra, a negritude, calcada em fundamentação estatística, reconhece o dilema político (Campos, 2013), mas tem em si um projeto racial que busca criar condições sociais para que os pardos não precisem negar sua negritude e possam se autodeclarar e ser reconhecidos como negros, algo que está no projeto racial forjado pelo movimento negro desde o final da década de 1970.

Lamentavelmente, esta discussão se torna mais grave quando defensores do colorismo, em bancas de heteroidentificação, acham que o negro de pele clara é um fraudador, desmobilizando por este tipo de interpretação a aglutinação entre pretos e pardos proposta pelo movimento negro desde a década de 1970 e esquecendo que as categorias que regulam as bancas de heteroidentificação são as categorias do IBGE.

Obviamente com isto não queremos dizer que não existem fraudes, nem que as bancas de heteroidentificação não devam existir, senão que a fraude existe quando um branco se propõe a se passar por pardo e não quando um pardo queira se identificar como negro. Na disputa que presenciamos na política racial contemporânea, em que a negritude exerce uma força centrípeta, o pardo é negro!

Joaze Bernardino-Costa é pesquisador PQ-2 do CNPq, Doutor em Sociologia (Universidade de Brasília). Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Possui diversas publicações no Brasil e exterior. Entre elas destacam-se os seguintes livros: *Saberes Subalternos e Decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil* (Brasília: Editora da UnB, 2015); *Decolonialidade e Pensamento Afro-diaspórico* (Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018); *Futures of anti-racism: paradoxes of deracialization in Brazil, South Africa, Sweden, and the UK* (London: Palgrave Macmillan, 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Luiz Augusto. 2013. "O pardo como dilema político". *Insight Inteligência*, (63): 80-91. <https://insightinteligencia.com.br/o-parado-como-dilema-politico/>

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. 2024. "Raça e cor no Brasil contemporâneo, oportunismo político e tendência histórica". *Revista de Antropologia*, 67: 1-20.

HASENBALG, Carlos. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.

OLIVEIRA e OLIVEIRA, Eduardo. 1974. "Mulato, um obstáculo epistemológico". *Argumento*, 1(3): 65-73.

OMI, Michael & WINNANT, Howard. 1994. *Racial formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*. Nova York. Routledge.

RAMOS, Alberto Guerreiro. 1957. *Introdução à crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial Andes Limitada.

